

# Reflexos da educação ambiental no modo de vida e territorialidade da comunidade tradicional ribeirinha do Lontra da Pedreira/AP

Rosana Torrinha Silva de Farias<sup>1</sup> e Igor Aléssio Torrinha Campelo<sup>2</sup>

1 Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), vinculada ao Colegiado do Curso de Geografia, Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia Brasileira (NAEA/UFPA), Mestre em Educação na Universidade Autônoma de Assunção (UAA), Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP), Brasil. E-mail: rtorrinha@unifap.br

2 Graduado em Direito pela Faculdade do Pará – Estácio. Pós-graduado em Direito Tributário e Processual. Advogado da OAB/PA 21070, Brasil. E-mail: ialessiotorrihacampelo@gmail.com

**RESUMO** Este artigo aborda os reflexos da política de Educação Ambiental, desenvolvida pelo poder público, no modo de vida e territorialidade da Comunidade Ribeirinha do Lontra da Pedreira, situada na zona rural da cidade de Macapá/Ap. Procurou-se analisar as mudanças culturais, principalmente, usos, costumes e atividades econômicas a partir do desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental na comunidade. O modo de vida deste grupo social está relacionado ao território que habitam e a forma como se organizam criando forte vínculo de territorialidade. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, a fonte direta das informações foram os membros da comunidade, se utilizou como instrumentos de coletas de dados as entrevistas abertas e fechadas. O estudo revelou que a Educação Ambiental foi um instrumento fundamental para a equação dos problemas emergentes em relação às mudanças no modo de vida e na territorialidade da Comunidade do Lontra da Pedreira. A ‘re-tomada’ de consciência sobre sua cultura e o seu ambiente de moradia foram imprescindíveis para que procurassem diretrizes no sentido de mudar a realidade em que se encontravam.

**Palavras-chave:** Educação ambiental, modo de vida, territorialidade, comunidade tradicional ribeirinha.

**ABSTRACT** This article discusses the effects of the environmental education policy developed by the government, the community life and territoriality so Riverside Quarry Otter, located in the rural town of Macapa / Ap. We tried to analyze the cultural changes, mainly customs and economic activities from the development of environmental education projects in the community. The way of life of this community is related to the territory they inhabit, and the way they organize creating strong bond of territoriality. The study was conducted through field research, the direct source of information were community members, was used as data collection instruments open and closed interviews. The study revealed that environmental education was fundamental to the equation of emerging issues in relation to drastic changes in lifestyle and territoriality Quarry Otter Community.

The 're-making' awareness about their culture and their home environment were essential to seek guidelines in order to change the reality in which they found themselves.

**Keywords:** Environmental Education. Livelihood. Territoriality. Traditional Riverside Community.

**SUMÁRIO:** 1 Introdução. 2 A educação ambiental no contexto da comunidade do Lontra da Pedreira. 3 O Projeto Lontra e a inserção da Educação Ambiental. 4 Resultados e discussões. 5 Conclusão. Referências.

## 1 Introdução

A pesquisa apresentada neste artigo retrata os impactos da implementação de projetos de Educação Ambiental no modo de vida e na territorialidade da Comunidade Ribeirinha do Lontra da Pedreira, localizada no Distrito da Pedreira, na cidade de Macapá, Estado do Amapá. Refere-se a uma população tradicional, cujo modo de vida advém da reprodução sociocultural embasada nas crenças, nos misticismos e na economia de subsistência por meio do desenvolvimento de atividades como a caça, a pesca, o extrativismo florestal, animal e a agricultura familiar. O rio e a floresta são suas referências de sobrevivência. O seu território vai sendo incorporado ao cotidiano da comunidade criando forte vínculo de territorialidade.

A partir da década de 1980 essa população veio passando por consideráveis modificações no modo de vida e na territorialidade, em decorrência da sua inserção na relação de produção nas fábricas de palmito (extraído da parte mais alta do tronco do açaizeiro – *Euterpe oleracea Mart*) e nas madeiras que se instalaram naquele espaço. Eram inseridos como funcionários assalariados ou como fornecedores de matérias primas para as indústrias (madeira e palmito).

O ribeirinho do Lontra, que antes, vivia de atividades tradicionais de baixo impacto ambiental, passaram a explorar a floresta de forma predatória para vender os produtos para as empresas. Os assalariados que trabalhavam oito horas por dia nas fábricas e serrarias quase não desenvolviam mais suas atividades de caça, pesca e extrativismo para a sua sobrevivência, que passou a ser garantida pelos salários que a família recebia ou pela venda das matérias primas.

Dessa forma, o ribeirinho que tinha uma relação harmoniosa com o ambiente de moradia, passou a ser um de seus predadores. As mudanças no hábito alimentar foram radicais, o pescado e a carne de caça passaram a ser consumidas esporadicamente, sendo substituídos pelos enlatados e congelados adquiridos com os salários. Com o tempo o mercado da caça e da pesca também representaram importante fonte de renda para os ribeirinhos. Essas atividades foram intensificadas provocando ainda mais exploração predatória dos recursos naturais.

Foi diante dos impactos deste novo modelo de uso e ocupação socioespacial na comunidade do Lontra da Pedreira, que o Governo do Estado do Amapá, no período de 1995 a 2002, implantou projeto de Educação Ambiental objetivando a tomada de

consciência da população local em relação à conservação do ambiente e, a importância da preservação do modo de vida e territorialidade desta comunidade.

As questões suscitadas levaram esta investigação a analisar os efeitos da Educação Ambiental na comunidade, mais precisamente, no resgate do seu modo de vida e sua territorialidade. O estudo proposto para a comunidade do Lontra da Pedreira teve como ponto de partida as reflexões teóricas sobre Educação Ambiental, modo de vida, território e territorialidade.

A concepção de Educação Ambiental foi discutida como

um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu meio ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir individualmente, coletivamente e a resolver problemas ambientais (MEC, 1998, P. 31).

Foi dentro deste fundamento que se analisou a experiência de Educação Ambiental, instrumento utilizado pelo poder público para resolver os problemas de ordem cultural e ambiental na comunidade.

Sobre modo de vida, território e territorialidade, a pesquisa se embasou em Marques (2004) que concebe o território como um lugar imprescindível para a reprodução do modo de vida e a realização das atividades práticas e sociais. Nessa mesma linha de pensamento Saquet e Sposito (2009) entendem que a territorialidade se efetiva nas relações sociais cotidianas das comunidades ou grupos.

A relação entre as comunidades tradicionais o território que habitam e a territorialidade foi reconhecida pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual foi instituída no ano de 2007 por meio do Decreto nº 6.040. Este instrumento, no seu Art. 3º, define que

populações tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O modo de vida da Comunidade do Lontra da Pedreira é um elemento fundamental na construção da identidade deste grupo, que foi gestando as práticas sociais, políticas e econômicas criando em seu território forte vínculo de territorialidade. A vivência coletiva fez com que a comunidade passasse a compartilhar de crenças, valores e simbologias que os identifica e os caracteriza. A territorialidade destas populações vai se aprofundando com as novas gerações que já nascem neste território com o forte sentimento de pertencimento.

O modo de vida e a territorialidade desta comunidade foram ameaçados pela pressão exercida por novos empreendimentos econômicos no local, diante disso, a Educação Ambiental formal e não-formal foram aplicadas com o objetivo de resgatar esses elementos indispensáveis na identificação deste grupo social.

Entende-se aqui por Educação Ambiental:

formal a que se desenvolve nas escolas, a não-formal, aquela que se direciona à comunidade, e onde cabe uma grande diversidade de propostas, como por exemplo, a ação de uma entidade ambientalista em um determinado bairro ou atividades promovidas por uma empresa ou sindicato junto aos trabalhadores (MEC, 1998, p. 86).

Diante disso, procurou-se analisar a forma de execução da Educação Ambiental, seus efeitos individual e coletivo. Para se atingir o objetivo sugerido se utilizou da abordagem qualitativa, a qual, segundo Teixeira (2002) o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação.

Por meio da pesquisa de campo foi possível e relação direta com a comunidade, assim, se pode extrair as informações necessárias para a compreensão do processo social. As coletas de dados foram efetivadas utilizando-se formulários com perguntas fechadas e abertas.

## **2 A educação ambiental no contexto da comunidade do Lontra da Pedreira**

A comunidade do Lontra da Pedreira representa uma parcela da população natural da Amazônia dentre os diversos grupos sociais que compõem o cenário socioambiental deste espaço. Habitam nas margens dos rios e igarapés que integram a bacia do Rio Pedreira na localidade denominada Distrito da Pedreira.

Trata-se de uma pequena população com 275 moradores, distribuídos em 55 residências (estimativa 2012/IBGE), sendo que a maior concentração está na margem esquerda do rio formando a Vila do Lontra da Pedreira. Neste local também estão concentradas as instituições públicas e administrativas, igrejas, escola, sede da Associação dos Moradores do Lontra (ACL), centro comunitário e a mini estação de água tratada. Atribuímos a concentração naquela margem pelo fato da maior proximidade e melhor acesso ao centro urbano de Macapá, facilitando o escoamento da produção.

Desenvolvem atividades como a caça, pesca, extrativismo vegetal, pequena agricultura, apicultura e piscicultura, destinados à subsistência, sendo que o excedente é destinado à venda. A produção é negociada pelos próprios moradores nas feiras do produtor na cidade de Macapá.

A problemática relacionada às mudanças no modo de vida e territorialidade da comunidade, que levou a inserção da Educação Ambiental, ocorreu a partir do ano de 1985 com o estabelecimento de nova dinâmica comercial na região, as margens do rio Pedreira foram ocupadas por serrarias, com vistas a explorar e beneficiar madeiras, e por fábricas de palmito com o objetivo de beneficiamento do produto extraído da palmeira do açaí.

De acordo com o relatório do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA, 1997), essas indústrias ocasionaram impactos consideráveis de ordem ambiental e social proporcionando o quase desaparecimento de várias espécies madeireiras de valor comercial, além disso, a falta de planejamento na extração do palmito do açaizeiro diminuiu

a oferta de frutos para a própria população, sendo que o suco do açaí é a base alimentar da população.

Os problemas ambientais não se limitavam apenas aos causados pelas indústrias, ocorria, também, a transformação de áreas da floresta nativa em capoeiras<sup>1</sup> em consequência do manejo agrícola inadequado, caracterizado pela redução no tempo de pouso entre um plantio e outro, além disso, houve a redução dos recursos pesqueiros e de caça em consequência da exploração indiscriminada.

Com referência aos efeitos socioeconômicos, as empresas abriram oportunidades de trabalho para a comunidade como assalariados, outra forma de envolvê-los no processo de produção foi como fornecedores de matérias primas (madeira e palmito) para as indústrias.

Dentro dessa nova organização socioeconômica a comunidade passou a dedicar-se quase que em tempo integral às fábricas, com isso, a agricultura, a caça e a pesca, que eram praticadas diariamente como garantia de subsistência, passaram a representar atividades esporádicas. Sua sobrevivência ficou garantida, quase que exclusivamente, pelos salários que a família recebia.

A dependência salarial e a crise das atividades de subsistência se intensificaram no ano de 1987 com a construção do ramal que liga a Vila com a estrada AP-070, facilitando o acesso ao centro comercial da cidade, dessa forma, estreitando o contato da comunidade com o meio urbano. Segundo informações um habitante da comunidade, aqui denominado de “X” “os habitantes da região passaram a frequentá-la constantemente e com o salário passaram a usufruir, cada vez mais, dos bens e serviços por ela fornecidos”.

Grande parte dos salários recebidos era destinada à aquisição de produtos industrializados, como os enlatados e os engarrafados, ocorrendo mudanças substanciais no hábito alimentar e no modo de vida da população. Os alimentos, que antes, quase que na sua totalidade, eram extraídos dos recursos naturais, passaram a ser adquiridos por meio da moeda na cidade.

Ressalta-se que essas mudanças de hábitos, usos e costumes aprofundaram-se, mais ainda, quando surgiram comerciantes que montaram às margens dos rios pequenos comércios (as chamadas tabernas). A lógica do mercado tornou-se uma realidade dentro da comunidade, ou seja, com a exposição de produtos industrializados a aquisição da moeda tornou-se mais necessária e, conseqüentemente, os ribeirinhos intensificaram a retirada desenfreada dos recursos naturais destinados a sua comercialização, com o objetivo de geração de renda para a compra de mercadorias.

As indústrias se mantiveram no local até meados da década de 1990. Dentre os fatos que corroboraram para a decadência destes empreendimentos encontram-se: as exigências ambientais de ordem nacional e local: o reflorestamento; o manejo florestal; o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e a fiscalização intensa na região por

---

<sup>1</sup> Denominação dada às áreas que foram submetidas a agriculturas de forma tradicional, ou seja, através do desmatamento-queimada-plantio-cultivo-abandono. Ao período de abandono, quando a área tenta se estabelecer naturalmente é denominado de capoeira (IESA, 2001).

órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

Outro fator propulsor da saída dos empreendimentos partiu da própria comunidade por iniciativa de alguns de seus membros, a exemplo do Presidente da Comunidade, aqui denominado de “Y”. A população local começou a questionar a forma de desenvolvimento econômico na área, passou a almejar por um novo modelo socioeconômico dentro de um estilo menos degradante dos recursos naturais, com isso, houve tímidas pressões a favor da retirada dos empresários.

Com a saída das indústrias da comunidade muitas famílias de trabalhadores que se instalaram na área para compor o quadro de funcionários fixaram moradia. Entretanto, alguns ribeirinhos natos, já acostumados com o trabalho assalariado, migraram para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, principalmente os jovens, esse fato contribuiu para uma migração significativa e preocupante no que diz respeito à hereditariedade cultural.

### **3 O Projeto Lontra e a inserção da Educação Ambiental**

Diante das problemáticas de cunhos culturais e econômicos e, da dificuldade da própria comunidade em resolvê-los, a ACL, por intermédio de seu presidente, procurou os órgãos públicos competentes para agirem no sentido de fornecer subsídios à comunidade para a solução das questões.

Diante disso, no ano de 1997 foi implantado o Projeto Lontra dentro do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, sendo o órgão executor o IESA.

De acordo com o relatório do IESA (1997, p. 24) o objetivo do projeto foi o de

implementar o desenvolvimento participativo e sustentável, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, deter e corrigir as alterações ambientais que ocorrem na comunidade do Lontra da Pedreira, pela adoção de tecnologia alternativas de recuperação e aproveitamento das áreas degradadas, além do beneficiamento de parte da produção, visando geração de renda.

Diante dessas proposições, o IESA iniciou a execução do projeto. Foram realizados três encontros com moradores da comunidade com a finalidade de diagnosticar os principais problemas, dentre eles foram relatados: carências na área de saúde e educação; ausência de políticas públicas quanto às questões ambientais, principalmente, controle, fiscalização e proteção; ausência infraestrutural e os problemas quanto à produção, o escoamento, o transporte e o mercado.

A partir do diagnóstico o IESA desenvolveu, no período de 1997 a 2002, várias ações na área visando otimizar a produção, saúde, infraestrutura, melhorar o modo de vida e a territorialidade. No que tange a Educação Ambiental, esta foi um dos vieses utilizados para a obtenção dos objetivos propostos.



Dentre as ações realizadas por meio do Projeto Lontra visando o desenvolvimento da Educação Ambiental não-formal, pode-se destacar: a realização de cursos, seminários, treinamentos e a elaboração de uma cartilha de Educação Ambiental; a implantação de empreendimentos, quatro unidades de Sistemas Agroflorestais; três unidades de piscicultura e apicultura e a construção de uma pequena Unidade de Beneficiamento de Polpa de Frutas (mini-usina)

De acordo com o Presidente da ACL

os resultados do projeto foram imediatos, a comunidade passou a executar atividades econômicas menos degradantes e a diversificar as atividades o que contribui para aumentar a renda familiar e conseqüentemente a melhoria na qualidade de vida das famílias, assim como, a comunidade passou a valorizar os recursos naturais e a conservá-los.

A inserção da Educação Ambiental formal na comunidade ocorreu no ano de 1997 por meio da parceria entre o Projeto IESA e a Secretaria de Educação de Estado (SE-ED). Foram realizados cursos de capacitação de professores para atuarem no ensino desenvolvendo a pedagogia buscando a valorização sociocultural e do ambiente de moradia. O ensino formal foi realizado na escola Nazaré da Pedreira, única da comunidade, possui o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O principal objetivo da inserção da Educação Ambiental formal e não-formal na área era a formação da consciência individual e coletiva da população local, visando à mudança de comportamento em relação ao desenvolvimento de atividades voltadas para a conservação e proteção do ambiente, assim como, a melhoria do modo de vida e sua territorialidade.

#### **4 Resultados e discussões**

A priori, procurou-se compreender a necessidade de desenvolver a Educação Ambiental na Comunidade do Lontra da Pedreira, considerada tradicional ribeirinha, de economia de subsistência e de baixo impacto ambiental em sua relação com a natureza.

Constatou-se que essa questão estava relacionada à forma de apropriação do espaço da região a partir da década de 1980, com o estabelecimento de uma nova ordem social e econômica implantada pelas empresas madeireiras e palmiteras que se instalaram ao longo dos rios e igarapés da região da Pedreira, com o objetivo de obter diretamente a madeira e o palmito para atender as pequenas indústrias.

Os moradores da comunidade foram envolvidos no processo de produção, alguns, dentro das empresas como empregados assalariados e, outros, como fornecedores de matérias primas – madeira e palmito, recursos naturais abundantes na floresta.

Os ribeirinhos que tinham a floresta e os rios como elementos propulsores de sua subsistência e principais indicadores de sua identidade, passaram a concebê-los como fonte vendável para o mercado e de lucro, retiravam indiscriminadamente a madeira e o palmito de forma predatória levando a região a uma escassez dos produtos, Também passaram a negociar no mercado o pescado e a caça.

Muitas famílias, por estarem envolvidas em tempo integral nas fábricas, abandonaram a pequena produção agrícola que contribuía com a base de sustentação da família. A aquisição da moeda passou a ter uma importância fundamental na obtenção dos produtos de sobrevivência por meio da compra.

A crise na economia de subsistência era eminente, as mudanças radicais em relação ao hábito alimentar, a caça e a pesca não mais eram à base de sustentação das famílias, mas sim, os produtos industrializados e congelados. Esse pacote de mudanças fragilizava o modo de vida e a territorialidade da comunidade tradicional ribeirinha. Foi dentro deste cenário que a Educação Ambiental foi implantada.

Ao analisarmos o desenvolvimento da Educação Ambiental observamos que ocorreu no âmbito da educação formal e não formal. Quanto a primeira, foi desenvolvida na escola com os alunos do primeiro ao sexto anos e da EJA, estava embasada, principalmente, no desenvolvimento sistemático de estudos que tratavam de temas relacionados à preservação e conservação do ambiente.

Os estudos permeavam de forma disciplinar, onde o professor realizava suas abordagens sobre as questões ambientais, também ocorria de forma pontual, neste caso, havia um processo de interdisciplinaridade, os professores desenvolviam atividades com os alunos no dia da água, do rio, dentre outras datas comemorativas relacionadas ao ambiente.

Ao entrevistarmos professores e alunos se detectou que estas medidas educativas provocaram maior preocupação dos moradores em conservar o ambiente e a identidade cultural da comunidade. Também se pode perceber, nas observações diretas realizadas na área, as mudanças de atitudes, os estudantes se preocupam em manter a escola e o seu ambiente de moradia limpos, bem como, em conservar os produtos naturais.

Em relação à inserção da Educação Ambiental não-formal, foram aplicados dois tipos de medidas mitigadoras: uma voltada para a conscientização sobre a importância de conservar o ambiente; a outra, de ordem prática com a implementação de projetos de uso e ocupação econômica do espaço, e a preparação para o despertar de novas oportunidades econômicas de forma conservadora

O primeiro foi desenvolvido por meio de seminários; cursos de Educação Ambiental, de manejos de açais e treinamentos em Sistemas agroflorestais (SAF); a elaboração e divulgação de uma cartilha de Educação Ambiental e a realização de palestras sobre temas ambientais.

De acordo com as informações coletadas junto aos moradores, pode-se constatar a fundamental importância destas ações na comunidade, os ganhos reais de conscientização foram comprovados quando se detectou que a comunidade apresentava certos conhecimentos em relação aos seus direitos e deveres dentro da sociedade, assim como, estava mais informada quanto aos problemas ambientais locais, suas causas e consequências. Também foi perceptível uma forma de pensar e de conceber os recursos naturais como bens que precisam ser utilizados de modo a conservá-los.

A segunda medida mitigadora estava voltada aos experimentos de novas atividades econômicas a serem desenvolvidas na área, tais como: a implantação de 04 unidades de SAF e 03 apicultura e piscicultura, a construção de 01 mini-usina de beneficiamen-



to de polpa de frutas e a aquisição de uma camionete para ACL objetivando apoiar a execução das atividades e escoamento da produção.

Quanto a estas ações de estimular e propiciar novas práticas de uso e ocupação econômica do espaço, se percebeu uma grande dificuldade da comunidade em desenvolvê-las, atribuiu-se ao fato de serem contraditórias ao seu modo de vida, por se tratar de um grupo social tradicional, onde as práticas de uso e manejo do espaço são advindas da herança cultural transmitida por meio da hereditariedade.

O ribeirinho é um exímio, caçador, coletor e pequeno produtor e, não, um empreendedor nato. O maior questionamento deles foi diante de estarem no entorno de rios e igarapés ricos em fauna aquática, então indagavam, porque criar peixes? Essa atividade é desenvolvida atualmente apenas por dois moradores em pequena escala. Os moradores continuam desenvolvendo a pesca de forma artesanal visando atender as necessidades da família, o excedente é comercializado na comunidade, ou nas feiras do produtor, em Macapá.

Os SAF foram outro empreendimento contraditório a cultura ribeirinha, trata-se de uma prática que exige mais trabalho e estrutura para desenvolver. De acordo com informações dos ribeirinhos a produção agrícola das famílias é em pequena escala, não valendo a pena tanto sacrifício para cultivar, a base da agricultura é a banana, o milho e a mandioca.

Também, questionam o fato de não poderem realizar a plantação próxima às margens dos rios e igarapés, para não provocarem o desmatamento nas margens. Para os ribeirinhos a plantação no meio da floresta exige muito esforço e trabalho, precisam andar quilômetros mata adentro carregando sua produção até as margens para efetuar o escoamento.

Ao inserirem novas técnicas para o desenvolvimento das atividades dos ribeirinhos não se considerou as especificidades físicas do território, trata-se de área de floresta fechada, rios e igarapés que obedecem o fluxo de maré, portanto, a natureza faz parte das regras de plantio, caça e pesca.

Também se reporta ao fato de que o desenvolvimento das atividades econômicas da comunidade do Lontra estão relacionadas ao modo como foram construindo a sua relação de territorialidade, obedecendo as leis naturais dos rios e florestas. A forma de plantio e extrativismo foi herdada dos antepassados por meio hierárquico, portanto, é uma questão cultural.

## 5 Conclusão

O estudo revelou que a Educação Ambiental foi um instrumento fundamental para a equação dos problemas emergentes em relação às mudanças no modo de vida e na territorialidade da Comunidade do Lontra da Pedreira. A ‘re-tomada’ de consciência sobre sua cultura e o seu ambiente de moradia foram imprescindíveis para que procurassem diretrizes no sentido de mudar a realidade em que se encontravam.

Ficou claro que o envolvimento da comunidade em atividades predatórias, visando melhores condições de vida, foi em decorrência de sua vulnerabilidade e fragilidade

em relação às condições econômicas precárias, viram nas indústrias a possibilidade de melhorar a qualidade de vida.

A Educação Ambiental foi uma ferramenta importante para que tomassem consciência de que a qualidade de vida não estava relacionada apenas aos recursos financeiros, mas, principalmente, a conservação dos recursos naturais, os quais dependiam diretamente para a sua sobrevivência.

Os elementos naturais fazem parte, não somente, da sua sobrevivência, mas também, da perpetuidade da identidade deste grupo. Em torno destes elementos, a comunidade desenvolve suas crenças, valores e simbologias formando uma cultura coletiva.

Foi possível por meio deste estudo compreender que a comunidade ribeirinha do Lontra da Pedreira constrói seu modo de vida e sua territorialidade mediante a relação que cria e recria com os elementos naturais que fazem parte do seu território, portanto, qualquer projeto que seja pensado e planejado para esta população precisa considerar, primeiramente, a forma como concebem o seu ambiente e como se relacionam com ele.

O estudo também revelou que após o projeto Lontra houve a inexistência de outros projetos e programas direcionados para a comunidade, principalmente no que concerne a Educação Ambiental, o que representa entrave ao processo de conscientização e ao progresso socioeconômico da comunidade.

## Referências

AMAPÁ. Projeto Lontra. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA). Macapá-Ap. IESA, 1997.

BRASIL. Implantação da Educação Ambiental no Brasil. Ministério da Educação E do Desporto. Brasília. MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 20 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Regulamenta o Art 3º da Constituição Federal, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB, Dissertação – FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (orgs). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém-Pa. Revista e Ampliada, 2002.

*Artigo recebido em 23 de fevereiro de 2015.*

*Aprovado em 23 de fevereiro de 2015.*